
Seção Livre

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.45510>

Partidos para quê? Quatro questões sobre os partidos políticos na Primeira República (1889–1930)

Parties for what? Four questions about political parties in the First Republic (1889–1930)

¿Partidos para qué? Cuatro preguntas sobre los partidos políticos en la Primera República (1889–1930)

*Surama Conde Sá Pinto**

<https://orcid.org/0000-0002-7921-3038>

RESUMO: Os temas eleições e partidos políticos constituem atualmente um importante eixo de renovação nos estudos sobre a Primeira República brasileira. Visando a contribuir para esse debate, o objetivo central deste artigo é discutir as seguintes questões: qual foi a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos regionais entre 1889 e 1930? Que configuração essas organizações assumiram? Que desafios com frequência enfrentaram? Formulamos também breves considerações sobre como foram as relações com os eleitores. Para a realização da análise proposta, foram tomadas como base as experiências político-partidárias do estado e da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República e utilizados como fontes os arquivos privados de dois chefes políticos — Nilo Peçanha e Paulo de Frontin —, além da bibliografia acadêmica sobre o tema.

Palavras-chave: Partidos. Rio de Janeiro. Primeira República.

ABSTRACT: The themes of elections and political parties currently constitute an important axis of renewal in studies on the Brazilian First Republic. Aiming to contribute to this debate, the main objective of this article is to discuss the following questions: what was the function and role played by regional political parties between 1889 and 1930? What configuration did these organizations assume? Which challenges did they often face? We also formulate brief considerations about their

* Professora Associada do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ), doutora em História Social pelo PPGHIS/UFRJ e autora dos livros *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República* (1998) e *Só para iniciados... O jogo político na antiga capital federal* (2011). Possui experiência em pesquisas nas áreas de História Brasil República (com ênfase em Estado, instituições e cidadania) e História do Rio de Janeiro (cidade e estado). E-mail: suramaconde@gmail.com.

relationship to voters. To carry out the proposed analysis, we focus on the experiences of the political parties in the state and city of Rio de Janeiro in the First Republic and, as sources, we used the private archives of two political leaders —Nilo Peçanha and Paulo de Frontin—, in addition to the academic bibliography on the subject.

Keywords: Political parties. Rio de Janeiro. First Republic.

RESUMEN: Los temas de elecciones y partidos políticos constituyen actualmente un importante eje de renovación en los estudios sobre la Primera República Brasileña. Con la propuesta de contribuir a este debate, el objetivo central de este artículo es discutir las siguientes cuestiones: ¿cuál fue la función y el papel que desempeñaron los partidos políticos regionales entre 1889-1930? ¿Qué configuración asumieron estas organizaciones? ¿Qué desafíos hay enfrentado a menudo? También formulamos breves consideraciones sobre cómo fueron las relaciones con los votantes. Para realizar el análisis propuesto tomamos como base las experiencias político-partidistas del estado y la ciudad de Río de Janeiro en la Primera República y fueron usados como fuentes los archivos privados de dos líderes políticos — Nilo Peçanha y Paulo de Frontin —, además de la bibliografía académica sobre el tema.

Palabras clave: Partidos. Rio de Janeiro. Primera República.

Como citar este artigo:

Pinto, Surama Conde Sá. “Partidos para quê? Quatro questões sobre os partidos políticos na Primeira República (1889–1930)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 179-203

Os temas eleições e partidos políticos vêm ganhando destaque na produção recente sobre a Primeira República brasileira (1889–1930) e representam um importante eixo de renovação nas análises sobre período (Viscardi e Fonseca 2019; Viscardi e Alencar 2016; Dal Forno 2020; Ricci e Zulini 2014; Couto 2022). O presente artigo visa a contribuir para esse debate ao refletir sobre partidos políticos regionais na Primeira República, através do estudo dos casos do estado e da cidade do Rio de Janeiro. O resgate dessas experiências apresenta como objetivo central analisar as seguintes questões: a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos; a configuração assumida; os desafios com frequência enfrentados; e, por fim, tecer algumas considerações sobre a relação estabelecida com os eleitores.

É importante esclarecer, ao abordarmos a temática partidária, que não é nosso interesse reconstituir o tecido factual dessas organizações nas unidades da federação priorizadas nessa

análise; tampouco focalizaremos seu perfil social. Da mesma forma, não será desenvolvida uma discussão da dimensão ideológica ou dos programas das agremiações nem será objeto de reflexão a experiência dos partidos operários. Serão privilegiadas apenas as siglas construídas por lideranças da política fluminense e carioca ao longo da Primeira República.

No desenvolvimento da análise proposta, foram utilizados como conjunto documental os arquivos privados de duas chefias políticas, Nilo Peçanha e Paulo de Frontin.¹ A escolha dos acervos indicados não foi fortuita. Nilo Peçanha (1867-1924) foi chefe da principal facção oligárquica que dominou a política fluminense até inícios dos anos 1920 (Abreu e Paula 2014, 989-993). Já Paulo de Frontin (1860-1933) transformou-se em uma das principais chefias políticas da cidade do Rio nos anos 1910 (Abreu e Paula 2014, 505-507). A despeito das diferenças em termos de trajetórias e das singularidades dessas chefias, ambos acionaram estratégias parecidas: passaram por diferentes partidos e buscaram organizar os grupamentos políticos no estado e na cidade do Rio de Janeiro para garantir suas lideranças.

Vale destacar que não perdemos de vista o fato de que o estado do Rio e a cidade possuíam dinâmicas políticas bem diferentes. A política fluminense, em função da Constituição de 1891 e da reforma da Constituição estadual arquitetada pelo grupo nilista antes de Nilo Peçanha assumir pela primeira vez o Executivo fluminense (1904) enfeixou nas mãos do governador grande parte do poder, em detrimento da autonomia dos municípios. Já em se tratando da configuração política do Distrito Federal, diferentes Poderes e instâncias de poderes atuavam. O Prefeito (chefe do Executivo local) era indicado pelo Presidente da República. O Poder Legislativo municipal era exercido pelo Conselho Municipal, eleito pelos cidadãos ativos. E, ao Senado, cabia a avaliação dos vetos dos Prefeitos aos dispositivos de lei propostos pelo Conselho. As especificidades assinaladas dessas dinâmicas políticas, no entanto, não inviabilizam o estudo proposto, uma vez que as questões levantadas se aplicam às duas experiências.

Ainda em termos de definições, é importante esclarecer o uso do conceito de partido político. A literatura sobre partidos políticos é rica, incluindo desde Michels e a “Lei de ferro” sobre

¹ Foi privilegiada do acervo Nilo Peçanha, depositado no Museu da República, a correspondência passiva da primeira década do século XX. Utilizando o recurso da amostragem, foi catalogada toda a correspondência passiva dos anos eleitorais de 1900, 1903, 1906 e 1909, nos meses de janeiro, julho e dezembro, períodos em que com mais frequência eram realizadas as eleições e/ou épocas que imediatamente antecediam ou sucediam os pleitos, num total de 702 documentos (incluindo cartas, cartões e telegramas). Nesse universo, o número de cartas reunidas e analisadas para o ano de 1900 foi de 33, para o ano de 1903 foi de 107, e para os anos de 1906 e 1909, 233 e 329 missivas, respectivamente. No que diz respeito ao acervo Paulo de Frontin, depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi utilizado um repertório mais variado, abarcando não apenas a correspondência passiva, mas manuscritos e recortes de jornal dos anos que correspondem a seu ingresso e atuação mais expressiva na política carioca (décadas de 1910 e 1920).

o desenvolvimento dos partidos (Michels 1982), passando pelas contribuições relativas à teoria dos partidos e tipologia classificatória (Duverger 1980), até chegar às análises mais atuais, críticas em relação às anteriores, e que pensam em novos modelos na contemporaneidade — uns ressaltando o declínio da participação da população nas atividades partidárias, a volatilidade dos eleitores e distanciamento das bases, outros defendendo a necessidade de requalificação nos estudos devido à existência de um processo de reconfiguração e adaptação dessas organizações em curso (Katz e Mair 1995).

No universo dessa discussão, o que nos interessa reter é o pressuposto de que diferentes desenhos institucionais exercem influência sobre a organização dos partidos políticos (Samuels e Shugart 2010).

É igualmente importante assinalar que esse debate é construído com base na experiência de partidos europeus nos últimos séculos, a qual se distancia do caso aqui estudado. Optamos, assim, por seguir a definição mais precisa proposta de Serge Berstein, que entende que partido político, para além de uma organização regular ou durável que reúne um determinado número de indivíduos visando o exercício do poder, é um fenômeno histórico por definição e deve ser compreendido como um lugar onde se opera a mediação política (Berstein 2003, 61).

Compartilhamos também dois pressupostos presentes em suas análises: o de que os partidos são fontes importantes de informações sobre as relações de poder de uma sociedade; e o de que o estudo dos partidos facilita acesso tanto a concepções sobre o modelo de sociedade considerado ideal para determinados grupos quanto revela elementos para compreensão das culturas políticas existentes.² Cumpre ainda esclarecer que, ao abordar a temática partidária, em função da natureza das fontes selecionadas, o faremos via dinâmica eleitoral e não via relações no espaço parlamentar.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira é dedicada à reflexão sobre a produção relativa à temática partidária na Primeira República. Nas partes dois e três são discutidas as dinâmicas político-partidárias do estado e da cidade do Rio de Janeiro. Finalmente, a quarta parte é voltada para a análise sobre a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos; a configuração assumida; os desafios com frequência enfrentados; e, enfim, traçamos breves considerações sobre a relação com os eleitores.

Partidos políticos na Primeira República: O estado das artes

Até os anos 1980, o enfrentamento do tema partidos políticos na Primeira República foi

² Seguimos aqui a definição de cultura política proposta por Serge Berstein (Berstein 1992, 7).

ofuscado por análises sobre o funcionamento do sistema político brasileiro (Leal 1989).³ Contribuíram para essa tendência a desvalorização do voto e dos direitos políticos, alimentada pelo positivismo, a visão depreciativa dos partidos presente no pensamento autoritário e o personalismo na política nacional e regional na Primeira República (Souza 1990, 162-226; Diniz 1989, 323-339). Com a produção de análises sobre o papel de diferentes estados no conjunto da federação, contudo, esse quadro vem sofrendo alterações (Ferreira 1994; Martins Filho 1987; Viscardi 2001). A incorporação de fontes variadas (imprensa, arquivos privados, além das contestações) vem jogando também um papel importante nesse sentido. Mas talvez o grande responsável pelo dinamismo nas análises sobre partidos regionais hoje seja o novo olhar sobre o tema eleições. A retomada de estudos sobre eleições tem funcionado como uma espécie de janela para pensar questões como fraudes, degolas, oposições, natureza do voto, figura do eleitor (Viscardi e Figueiredo 2019) e partidos políticos.

Os novos estudos não rompem com a interpretação de que o modelo federalista reconfigurou a dinâmica política partidária do país nem com a ideia de que na nova lógica política inaugurada após 1898⁴ os partidos nacionais cederam espaço para as relações entre as várias situações políticas estaduais e o poder central. Também não questionam que, em alguns estados, formaram-se, no fim da primeira década republicana, partidos políticos que passaram a monopolizar as posições de governo.

Essa produção, contudo, vem agregando novos elementos para esse debate, seja chamando a atenção para o fato de que o padrão partido globalidade⁵ não foi seguido de maneira uniforme por todas as unidades da federação, seja recuperando a experiência das oposições (Figueiredo 2016; Dal Forno 2020).

Alguns estados, em função de razões variadas, apresentaram maior dificuldade de criação de um partido único, tendo sua política marcada pela disputa entre siglas que abrigavam facções oligárquicas rivais.

O estado do Rio é um exemplo nesse sentido. Na Primeira República, dois partidos desempenharam centralidade na política fluminense: o Partido Republicano Fluminense (PRF) e o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), sem que isso traduzisse a existência de uma vida

³ A primeira edição de *Coronelismo, enxada e voto* data de 1948. De lá para cá, embora tenham sido produzidos muitos estudos sobre o tema, a obra de Victor Nunes Leal continuou sendo referência fundamental para o entendimento do funcionamento do sistema político da Primeira República (Carvalho 1997, 229-250).

⁴ Referimo-nos aqui à *Política dos estados ou dos governadores*, pacto firmado por Campos Sales com os governadores, a partir de 1898 (Lessa 1987; Viscardi 2001).

⁵ Entendemos por padrão partido globalidade a configuração assumida por partidos que conseguiram aglutinar, com maior êxito, diferentes facções oligárquicas da política estadual, administrando em seu interior os conflitos.

partidária organizada ou dinâmica. Uma série de obstáculos inviabilizaram na política estadual a construção de um partido forte e coeso. Disputas de facções oligárquicas, o fraco enraizamento do movimento republicano na antiga província, as dificuldades de uma melhor definição nas relações entre governo e partidos são alguns deles (Ferreira 1989; 1994).

Diferentemente do estado, a cidade do Rio de Janeiro foi palco do movimento republicano e experimentou maior difusão desse ideário. Por outro lado, a vida partidária local, cujo destaque ficou por conta do Partido Republicano Federal (PRF), do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) e da Aliança Republicana (AR) também se viu às voltas com desafios. Dois, em particular: a natureza assumida pelos partidos e o fato de o Rio sediar a capital federal (Veneu 1987; Freire 2000; Pinto 2011).

Tanto o estado quanto a cidade do Rio encontraram dificuldades de institucionalização da vida partidária (Ferreira 1989; 1994; Freire 2000; Pinto 2011).

Vale a pena, assim, examinar essas experiências para, em seguida, discutir a função e/ou o papel desempenhado por esses partidos políticos, a configuração assumida, os desafios com frequência enfrentados e tecer algumas considerações sobre a relação com os eleitores.

A experiência político-partidária fluminense

No estado do Rio, a primeira década republicana (1889–1899) foi marcada por tentativas de estruturação de partidos políticos. Entre 1900 e 1920 as organizações partidárias sofreram um refluxo. Já entre 1920 e 1930 o cenário político partidário experimentou tentativas de revitalização (Ferreira 1994, 118).

Apesar de a antiga província fluminense ter fornecido importantes lideranças para o movimento republicano, como Quintino Bocaiuva, Silva Jardim, Lopes Trovão e Nilo Peçanha, a criação de uma agremiação partidária republicana na província só aconteceu em 1888.⁶ O crescimento do Partido Republicano (PR) ocorreu, em grande medida, com as adesões provocadas pela abolição da escravidão e pela Proclamação da República (Ferreira 1989, 46). A ampliação de quadros, porém, não significou a construção de uma agremiação forte, já que o partido ficou de fora da escolha para a chefia do governo estadual durante o governo de Deodoro da Fonseca (1889–1891).⁷

⁶ Para uma análise da trajetória dos políticos citados ver o *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República* (Abreu 2015).

⁷ Deodoro da Fonseca, ignorando os republicanos no estado, optou pelo nome de Francisco Portela para o governo fluminense. Informações biográficas sobre Portela e demais políticos citados nesse artigo podem ser encontrados no *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro* (Abreu e Paula 2014) e no *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República* (Abreu 2015).

Apesar das diversas tentativas de alcançar maior institucionalização, o Partido Republicano (PR) continuou sem destaque na política do estado. Tentando reverter esse quadro, ainda no governo de Francisco Portela (1889–1891), o PR se aproximou de antigas lideranças monarquistas do Partido Conservador (PC).⁸ Estes últimos haviam criado, em 31 de agosto de 1890, o Partido Republicano Moderado (PRM). Unindo forças, o PR fundiu-se com o PRM, criando, em 13 de abril de 1891, o Partido Autonomista Fluminense (PAF) (Ferreira 1994, 120).

O PAF teve pouco tempo de duração. Com a queda de Deodoro da Fonseca (1891) e a renúncia de seu representante no estado do Rio, Francisco Portela (1891), os grupos políticos organizaram-se e fundaram um novo partido, visando as eleições para uma nova constituinte estadual. Nascia o Partido Republicano Fluminense (PRF), formado pelo finado PAF mais alguns dissidentes do governador deposto.

O PRF dominou a política estadual entre 1892 e 1898.⁹ A sigla passou a controlar as eleições estaduais e federais, legislativas e executivas, mas o domínio não impediu cisões internas.

Em 1896, por ocasião do congresso do partido, na discussão sobre o formato da comissão executiva, a derrota da proposta de ampliação da cúpula do partido fez com que as chefias do município de Campos saíssem da agremiação. Na ocasião, o grupo campista passou a se autodenominar Partido Republicano em Oposição (PRO). Essas chefias se reuniriam com antigos adeptos de Francisco Portela para formar o Partido Autonomista (PA). Outras cisões ocorreriam no PRF nos anos seguintes, culminando com a saída de figuras importantes. Dessa vez, o motor da contenda seria a questão das relações governo/partido.

Desde a criação do PRF, em 1892, as funções de chefe de governo e chefe do partido eram concentradas na mesma pessoa. Tal orientação esteve presente nos governos Tomás Porciúncula (1892-1894) e Maurício de Abreu (1894-1897). Alberto Torres, contudo, durante seu mandato de governador (1898–1900), romperia temporariamente com a dinâmica de chefia unipessoal. Torres defendia a importância da separação entre chefe do partido e chefe do governo com base no argumento de que o chefe do governo deveria ter autonomia nas deliberações e na escolha de auxiliares. Insatisfeito com o partido que o elegera para o governo do estado (o PRF) fundou, em 1899, o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). A nova sigla incorporou o grupo de Campos e a dissidência do PRF que ficou do seu lado no confronto com Porciúncula (Ferreira 1994, 124).

⁸ O PC era liderado pelo Conselheiro Paulino Soares de Souza.

⁹ O PRF era chefiado no período por Tomás da Porciúncula.

Cisões partidárias continuaram ocorrendo na política fluminense, a despeito dos esforços de conciliação entre PRRJ e PRF posteriormente feitos.

Em janeiro de 1904, para citar um exemplo, o PRRJ realizou uma convenção que marcaria a saída do grupo político do município de Petrópolis (Ferreira 1994, 125). A querela foi movida pela disputa na indicação do nome à sucessão do Executivo estadual.¹⁰ A candidatura de Nilo Peçanha acabou sendo lançada pelo PRF. Vitorioso nas urnas, ao assumir o governo, Nilo reorganizou o PRRJ, abandonando o PRF. Iniciava aí a escalada do grupo nilista na política fluminense.¹¹

Sob o domínio nilista, o PRRJ fez várias tentativas de incorporação de grupos da oposição. De uma maneira geral, a cooptação das oposições dava-se via abertura de vagas para as Câmaras Municipais. No âmbito dos Legislativos estadual e federal, no entanto, essa estratégia não foi frequente. Também foram feitas iniciativas no sentido de ampliar a comissão executiva do partido, incorporando elementos da oposição. Esse tipo de ação, no entanto, esbarrava na oposição sistemática dos membros do partido.

É importante assinalar que a comissão executiva do PRRJ não tinha de fato poder de decisão. O comando da política partidária voltou a ser concentrado na chefia do Executivo estadual. Essa tendência foi um dos principais empecilhos para a institucionalização tanto do PRRJ quanto do PRF (já que ambos foram utilizados em diferentes momentos para abrigar o grupo nilista). Assim, toda vez que Nilo se ausentava para atuar no governo federal, havia cisões no grupo.

Sucessivos rachas e dissidências no grupo nilista fizeram com que agrupamentos políticos partidários no estado fossem criados e recriados assumindo muitas vezes de forma aleatória e indiscriminada as siglas do PRF e do PRRJ ao longo do período.

Em 1911, com a fundação do Partido Republicano Conservador (PRC) por Pinheiro Machado, o PRF, que naquele momento era controlado pelos nilistas, adotou o nome de Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF).

Nesse mesmo período, o grupo que na ocasião agregava os opositores do nilismo no estado passou a usar a sigla PRF.¹²

Mais adiante, com o rompimento de Nilo Peçanha com Pinheiro Machado, em 1913, os nilistas retiraram-se do PRCF e voltaram a usar a sigla PRF. O grupo de oposição ao nilismo, então,

¹⁰ Nessa querela estavam, de um lado, Hermogêneo Silva (representando o grupo de Petrópolis) e, de outro, Nilo Peçanha, representante campista, afilhado político do barão de Miracema.

¹¹ Doravante denominaremos o grupo de Nilo Peçanha na política do estado do Rio de Janeiro de grupo nilista.

¹² Esse grupo reunia nomes como Miguel de Carvalho, Alfredo Backer e Hermogênio Silva.

adotou a sigla PRCF.

Até 1919, o uso das siglas permaneceu mais bem definido. O PRF ficou agregando a situação nilista, e o PRCF, a oposição ao nilismo no estado. Nesse período, a mobilização partidária foi feita em torno da organização de chapas, evidenciando o que Ferreira chamou de caráter meramente eleitoreiro dos partidos fluminenses (Ferreira 1994, 130).

Os nilistas voltariam a retomar a sigla PRRJ nos anos 1920, e a oposição ao grupo nilista voltaria para o PRF. No período, o que se nota é um esforço significativo de institucionalização dessas organizações na política estadual. As convenções feitas, a criação de diretórios municipais e as mudanças processadas nas comissões executivas dos partidos são importantes indicadores nesse sentido.

Com a derrota da campanha da Reação Republicana, que lançou a candidatura de Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra à presidência da República para o pleito de março de 1922, em oposição à candidatura situacionista de Arthur Bernardes, o grupo nilista foi fortemente perseguido na política estadual. O desdobramento desse episódio foi praticamente o esfacelamento do PRRJ.

Ainda na década de 1920, o cenário político partidário do estado seria povoado por outras siglas, embora com pouca inserção entre o eleitorado e limitado sucesso. Assim, podem ser compreendidas as iniciativas de criação dos Partido do Trabalho (PT), construído para veicular interesses dos plantadores e usineiros de Campos, que no período viviam uma série de dificuldades, e o Partido Republicano Rural (PRR), localizado em Duas Barras, Bom Jardim e São Francisco de Paula, erigido visando combater a política cafeeira desenvolvida pelo Instituto de Fomento Agrícola Fluminense (Ferreira 1994, 135).

Ao traçar a dinâmica das siglas que figuraram no cenário político partidário do estado do Rio, alguns traços são evidenciados: a precária atuação dessas organizações, a ascendência de figuras políticas sobre partidos, a pouca capacidade de neutralizar os conflitos entre as diferentes facções políticas e o uso indiscriminado como morada pelo principal grupamento oligárquico da política fluminense — o grupo nilista — ora no PRF, ora no PRRJ, o que comprometeu a possibilidade de construção de uma identidade por parte desses partidos. Examinemos agora o caso da cidade do Rio de Janeiro.

A experiência político-partidária do Distrito Federal

A primeira década do novo regime também foi marcada na cidade do Rio por esforços para a construção de partidos políticos republicanos. Mais adiante, nos anos 1910, com a criação de novos partidos, assiste-se a uma espécie de dinamismo partidário. Essa tendência continuaria na

década de 1920. A proliferação de siglas, no entanto, deve ser vista com cautela. Não se tratava exatamente da existência de uma vida partidária organizada, mas do reflexo das disputas entre chefias locais por maior espaço de ação no campo político carioca,¹³ no qual, conforme é sabido, atuavam as forças políticas locais e o governo federal.

Na interpretação de Marcos Veneu, as dificuldades experimentadas pelos partidos cariocas na Primeira República estavam relacionadas à natureza e ao formato adquiridos (Veneu 1989, 57). Marcadas pelo caráter sazonal, essas siglas, para o autor, seguiam o perfil do que Maurice Duverger chamou de partidos de quadros, ou seja, organizações formadas em épocas eleitorais congregando lideranças políticas e que se desfaziam passados os pleitos (Duverger 1980, 98-100). Já para Américo Freire, tais dificuldades guardavam relação direta com o fato de o Rio de Janeiro sediar a capital do país (Freire 2000). O *status* de capital da República, para o autor, teria feito com que o campo político carioca fosse marcado pela concorrência entre os grupos políticos locais e o governo federal. Apesar de concordar com a ideia da fragilidade e do caráter sazonal dos partidos cariocas, Freire considerou que as características do jogo político local não inviabilizaram a construção de partidos na cidade visando a influir no ordenamento político local (Freire 2000, 81). De fato, é o que foi observado em análises para o período posterior ao privilegiado por Freire (Pinto 2011, 75-108).

O Partido Republicano Federal da Capital dos Estados Unidos do Brasil foi uma das primeiras siglas construídas após a mudança de regime. A iniciativa tinha como objetivo organizar as forças políticas locais visando a eleição para a Constituinte. Embora a meta tenha sido atingida, a vitória eleitoral não foi suficiente para consolidar a organização. A segunda iniciativa ocorreu em 1893, com a criação do Partido Republicano Federal (PRF), em 30 de julho.

Formado basicamente por congressistas, o PRF foi o primeiro grande ordenador do campo político carioca. A sigla congregou setores ligados ao Florianismo¹⁴ urbano e ao localismo das áreas rurais da cidade, representadas pelas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, esteio eleitoral do partido. Durante toda a gestão de Prudente de Moraes (1894–1898), o PRF dominou a cena política do Distrito Federal, controlando a maioria das bancadas municipal e federal e exercendo ainda por três anos ampla influência na prefeitura. Seu desmantelamento ocorreria em 1897, entre outros fatores, em função da ação do governo federal visando ao desmonte de sua estrutura, através da reforma da Lei Orgânica da capital.

¹³ Utilizamos aqui a noção de campo político de Pierre Bourdieu (Bourdieu 1989).

¹⁴ Sobre o Florianismo, ver *O Florianismo e a construção da República* (Pena 2008).

O segundo grande eixo ordenador da política na capital foi o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Formado com o espólio do PRF, o novo partido contou com as lideranças do chamado Triângulo.¹⁵ O grupo destacou-se na defesa de um projeto visando a assegurar um conteúdo mais autônomo para a política da capital, traduzido em três princípios básicos: instituições político-partidárias fortes e capazes de ordenar o campo político carioca e enfrentar a ação de agentes externos na capital; um maior poder de barganha na relação com os poderes federais, em particular com o prefeito do Distrito Federal; e uma ação mais livre na montagem e manutenção de clientelas (Freire 2000, 82).

A exemplo do PRF, o PRDF nasceu bafejado pelo oficialismo. Em pouco tempo de existência, contudo, o novo partido entraria em choque com o governo Campos Sales (1898–1902), principal alvo das críticas de Barata Ribeiro (chefe da agremiação) na tribuna do Senado. O partido reerguer-se-ia politicamente apenas no fim da gestão do presidente paulista (1902) (Freire 2000, 180).

O PRDF afirmou-se durante o quadriênio de Rodrigues Alves (1902–1906), ocasião em que reuniu os próceres políticos da capital e concentrou sua ação na discussão de questões fundamentalmente locais.

Em 1906, o partido seria reorganizado.¹⁶ Uma das grandes preocupações era fundar diretórios para promover o alistamento de eleitores, pois em março do ano seguinte seriam realizadas eleições para o Legislativo local e eram conhecidos os baixos índices de participação eleitoral na cidade do Rio (Pinto 2016, 261-264). Com a criação do Partido Republicano Conservador (PRC) por Pinheiro Machado, no início do governo Hermes da Fonseca (1910–1914), o PRDF passou a se denominar Partido Republicano Conservador do Distrito Federal (PRC do DF), demonstrando um claro alinhamento com o pinheirismo. Com rígido controle sobre seus representantes e apresentando resultados positivos nas eleições, o partido mostrou-se muito mais consistente do que as iniciativas partidárias nos anos iniciais da República. Mas essa tendência não implica que não tenha enfrentado defecções.

O PRC do DF possuía programa político e esteve longe de ter apenas um caráter sazonal, embora fosse constituído por lideranças e chefias das principais freguesias cariocas. Por outro lado, a tendência ao personalismo foi um traço marcante, traduzido na ascendência de Pinheiro Machado e de Augusto de Vasconcellos sobre o processo de decisão política do Distrito Federal e na

¹⁵ Referimo-nos a Augusto de Vasconcellos, Raul Barroso e Filipe Cardoso Pires, chefes políticos, respectivamente, de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (Abreu 2015).

¹⁶ Arquivo Paulo de Frontin, lata 38, documento 43.

manutenção de uma ampla rede de relações ligada por vínculos de solidariedade, baseados no cultivo de valores como lealdade, reciprocidade e respeito à palavra empenhada. Entende-se por que, em grande medida, com as mortes de Pinheiro Machado e de Augusto de Vasconcellos, em 1915, seguida da forte onda de críticas ao governo Hermes, no novo quadriênio presidencial, o partido sofreu um forte revés.

Em uma espécie de excomunhão, com as críticas feitas por representantes cariocas ao legado de Pinheiro Machado no âmbito político nacional e local, o PRC do DF voltaria a adotar a denominação de Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Começava uma nova fase para o partido, marcada por dificuldades na manutenção da coesão interna, apesar dos esforços de Milcíades Mário de Sá Freire (novo chefe da organização e senador pela representação carioca) para que o PRDF permanecesse na linha de frente da política municipal.

Novas siglas despontariam no horizonte carioca: o breve Partido Autonomista da Capital (PA),¹⁷ a Aliança Republicana (AR) e o novo PRDF (Pinto 2011).

No final de 1916, o PRDF havia perdido não apenas importantes figuras como o domínio do Conselho Municipal para o PA de Mendes Tavares, presidente da Casa na ocasião (Pinto 2016, 270). A despeito disso, o PA jamais teve a mesma força do PRDF nem a capacidade de aglutinação de chefias da cidade. Seu tempo de vida também foi encurtado com a saída de Mendes Tavares, que passou a militar no novo PRDF, formado em 1918.

Em 1918, no cenário político-partidário da cidade, duas forças passaram a disputar o voto do eleitorado nas eleições federais: a Aliança Republicana (AR) e o novo PRDF. A Aliança foi criada por Paulo de Frontin, cuja liderança na política carioca consolidou-se ocupando espaços abertos com a morte de Augusto de Vasconcellos e ganhou forte impulso com sua passagem pela prefeitura do Distrito Federal, em 1919. Curiosamente, Frontin nos anos seguintes repetiria a fórmula inaugurada por Barata Ribeiro e seguida por Augusto de Vasconcellos: a ocupação de uma cadeira no Senado pela representação do Distrito Federal e a organização de um partido para comandar a política carioca da Câmara Alta.

Em termos de composição, a AR reunia novas figuras, mas também egressos do PRDF, como era o caso do próprio Frontin, e contava com o apoio de setores ligados ao comércio e à indústria no Rio.¹⁸ Já no novo PRDF, perfilavam ex-integrantes de pelo menos três partidos: do PRDF, do PA e mesmo da AR.

¹⁷ O Partido contava com expoentes como Alcindo Guanabara (egresso do PRDF), Irineu Machado e Mendes Tavares.

¹⁸ Carta enviada pelo Vice-presidente do Diretório Central do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro a Paulo de Frontin, em 22 de maio de 1919. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 61.

Em 1921, a AR e o PRDF unir-se-iam, formando a Coligação, visando às eleições para Câmara dos Deputados, para a renovação do terço no Senado e para a vaga aberta na Câmara Alta, com a morte de Octacílio de Carvalho Camará.

Apesar da vitória eleitoral, a calmaria duraria pouco. Em 1922, a mais importante força da política da cidade, a AR, viveria uma crise, culminando na saída de Paulo de Frontin e de outros elementos que se opuseram ao apoio dado pelo partido à candidatura de Arthur Bernardes para o pleito presidencial de março de 1922.

Caminhando para o final dos anos 1920, em 1927, Frontin estaria à frente da Coligação (organização formada por egressos da AR). A política partidária carioca veria ainda o surgimento de mais dois novos partidos: o Partido Democrático do Distrito Federal (PD do DF) e o Bloco Operário (BO).

Tanto o aparecimento do PD do DF quanto a fundação do BO devem ser entendidos dentro de um contexto mais amplo, marcado pela emergência dos setores médios urbanos, pela defesa por uma maior participação no processo eleitoral, pelas críticas às práticas que davam forma ao sistema político vigente e pela defesa de demandas dos trabalhadores, este último no caso do BO.¹⁹

Cabe aqui, após o desenho dessa dinâmica partidária da cidade e do estado do Rio, retomarmos as questões destacadas no início do texto.

Questões

Qual a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos na Primeira República? Que configuração essas organizações assumiram?

Foram múltiplas as funções desempenhadas pelos partidos políticos aqui abordados. É possível elencar pelo menos cinco mais evidentes: a de promotor de coesão de grupamentos políticos; a de organizador de votos; a de criador de recursos para os pleitos; a de veículo de acesso a cargos de representação e a de instrumento de divulgação de programa político.

No estado e na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, os partidos funcionaram primeiramente como instrumentos de promoção de coesão de grupamentos políticos. A carta de Amaro Cavalcanti (prefeito do Distrito Federal na ocasião) enviada a Frontin no contexto de criação da AR é ilustrativa: "...Esta é para congratular-me com V Ex^a pelo modo, criterioso e

¹⁹ O PD do DF se concentrou no combate às práticas políticas tradicionais, a exemplo do congênero paulista e do nacional, ambos criados no ano anterior, tendo à frente, respectivamente, Antônio Prado (pai do prefeito da cidade do Rio no período, Prado Jr.) e Assis Brasil.

altamente inteligente, pelo qual está unificando sob a sua chefia política os bons elementos do Distrito Federal.”²⁰ Vale esclarecer que, por bons elementos, se entende as chefias políticas da cidade.

Na ótica dos missivistas, o partido era percebido como um espaço de congraçamento, como um lugar de construção de alianças.²¹ A pergunta que se coloca é por que essa meta foi tão perseguida?

O expressivo volume de cartas nos arquivos examinados não deixa dúvida: porque havia muita competição nas eleições. A competição englobava não apenas adversários políticos, mas aliados, que competiam entre si. Reunir os expoentes eleitorais em uma mesma sigla diminuía as incertezas dos pleitos na medida em que conjugava esforços, sintonizando a participação dos membros nas diferentes etapas do processo eleitoral, que incluíam a composição das mesas, o alistamento dos eleitores, a formação das chapas, o controle sobre os votos, as eleições, a apuração e o reconhecimento dos eleitos.

Nem sempre, no entanto, esse papel de organizador de expoentes eleitorais foi desempenhado com êxito. Havia, uma espécie de dicotomia entre a maneira como os partidos eram representados e a prática política desses atores, conforme fica evidenciado nos trechos das duas missivas a seguir. A primeira foi enviada no período de reorganização do PRRJ, mediante o aumento do número de membros da comissão executiva do partido, de cinco para sete, visando à abertura para membros da oposição. Nilo e seu grupo se empenhavam para tornar o partido hegemônico na política fluminense já que, em janeiro de 1904, seria iniciado seu mandato no governo do estado e seriam realizadas eleições para a Assembleia Legislativa fluminense e para as Câmaras Municipais. Já a segunda missiva foi escrita no contexto das eleições federais de janeiro de 1906.

...Cada vez mais me convenço que o nosso partido está composto de tipos que querem fazer uma pilhagem vergonhosa. (Carta enviada por Honório Pacheco a Nilo Peçanha, em 08/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

Apesar dos esforços que tenho feito deante dos meus amigos, neste município, e commigo mesmo para fazer desaparecer a má impressão que nos deixou a conducta do Dr. Themístocles, sempre hostil a nós, não consegui totalmente convencel-os da conveniência de darmos votação igual a esse nome, e agora ele próprio acaba de anular os meus esforços continuando a alimentar a esperança, já perdida entre os meus adversários, e procurando despertar a actividade política que tinham abandonado e, portanto, embaraçado desde o início a ideia de congraçamento do município... (Carta enviada por Sérgio Pitta a Nilo, em 19 de janeiro de 1906. Arquivo Nilo Peçanha, lata 5, pasta 2).

²⁰ Carta enviada por Amaro Cavalcanti a Paulo de Frontin, em 8 de fevereiro de 1918. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 39.

²¹ Ver cartas de Henrique José, Henrique Borges e Aureliano Alvares, enviadas a Nilo Peçanha em 26/07/1906, 25/12/1903 e 07/12/1909, respectivamente. Arquivo Nilo Peçanha, lata 6, pasta 1; lata 2, pasta 2; lata 10, pasta 2.

Um dos fatores que dificultava as articulações políticas no período era a forma direta e pessoal como os acordos eram feitos, passando em geral pelo crivo de Nilo ou Frontin. Outro problema que parece não ter sido resolvido foi o de como abrir espaço para setores da oposição no partido sem o comprometimento daquela que seria a função principal (o congraçamento). Fazer acordos implicava em conceder aos novos membros benesses das quais antigos correligionários, muitas vezes, não estavam dispostos a abrir mão, o que justifica a constante troca de siglas observada no período.

O conteúdo das cartas a seguir, enviadas em conjunturas diferentes, é elucidativo a esse respeito:

A composição da Comissão Executiva com elementos de um e outro grupo político dará a ideia de uma aliança, não estranho que justamente o 4º distrito dê dois representantes, um enfraquecendo o outro, e não estranho porque sei que conheces o meu ânimo tolerante e conciliador e com certeza V. teve esta circunstância em mente quando assim resolveu... (Carta enviada por Henrique Borges a Nilo Peçanha, em 25 de dezembro de 1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

...Essa tem por fim de felicitar calorosamente V. Excia por ter tido a presciêncie de anular os esforços empregados pelo Judas do Ingá, João Baptista e M. Carvalho no pseudo acordo político, cujo fim eles segredavam com a maior desfaçatez, era esfacelar o partido que acompanha V Excia e ao mesmo tempo desprestigiá-lo.²² (Carta enviada por Aureliano Alvares a Nilo Peçanha em 07/12/1909. Arquivo Nilo Peçanha, lata 10, pasta 2).

O primeiro relato, de Henrique Borges, foi produzido no período de reestruturação do PRRJ, pouco antes de Nilo assumir o Executivo estadual, em janeiro de 1904. O segundo se insere no contexto de acirramento da disputa política fluminense entre Nilo Peçanha e Alfredo Backer, governador do Rio no período, em função das eleições para a ALERJ e para as Câmaras Municipais.

Nilo ocupava desde junho de 1909 a presidência da República. Distanciara-se, assim, da política estadual. Mediante essa brecha, Backer articulou-se com chefias locais e, utilizando as prerrogativas do cargo, construiu importantes alianças, sobretudo em Petrópolis. O embate político entre os grupos chefiados por Nilo e Backer atingiu níveis poucas vezes observados. Envolveu pedidos de *habeas corpus* preventivo a favor de eleitores e mesários e o envio de força federal para municípios fluminenses sob a justificativa de fazer cumprir o dispositivo legal. O episódio evidencia duas práticas importantes do período: a força dos governadores e consequentemente o poder de barganha do situacionismo estadual com chefias locais; e a atuação de Nilo Peçanha como um típico chefe oligárca do período, que, embora afastado temporariamente dos embates da política regional, utilizou o cargo de Presidente da República para assegurar a sua base política no estado do Rio, ameaçada com as pretensões de Backer. Em resposta, Backer enviaria longo telegrama a

²² O Judas do Ingá a quem o missivista faz referência é Alfredo Backer, governado eleito com apoio de Nilo Peçanha que se tornou oposição ao mesmo. Por isso, passou a ser chamado de *Virabusta*. Vira-bosta é um passarinho que se apropria do ninho de outro.

Nilo, em protesto à ação federal no território fluminense (Pinto 1998, 137).

Um outro fator que alimentava dissensões era não ter indicados incluídos na chapa oficial do partido ou não ser indicado para a comissão executiva. A carta de Otávio da Rocha Miranda a Paulo de Frontin, em 1919, mostra seu desapontamento nesse sentido. Nela, o chefe político da freguesia de Inhaúma comunicava a entrega do cargo de membro da comissão executiva da AR, pouco mais de um ano após a sigla ter sido criada, apresentando como explicação o estabelecimento de compromissos à sua revelia, tendo o partido assumido posições sem sua prévia consulta e em sacrifício de *direitos adquiridos*.²³ O mesmo pode ser dito em relação à longa missiva do advogado Flávio Silveira explicitando seu descontentamento por não ter sido indicado para a comissão executiva da AR na ocasião da sua criação.²⁴ Casos como esses produziam dois tipos de resultado: a perda do prestígio político do indicador e/ou sua saída da agremiação.

Um dado importante é que, na amostragem de cartas utilizadas no acervo Nilo Peçanha nas conjunturas eleitorais do início do século XX, o tema partidos aparece em menos de 10% das missivas, a despeito de todas as articulações que antecediam os pleitos. As temáticas mais recorrentes nas cartas dos dois arquivos dizem respeito às fases de arregimentação de aliados, formação das chapas, informes sobre situação política, denúncias de fraudes e solicitação de favores por serviços políticos prestados (Pinto 1998; Martins 2017).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, embora as siglas cariocas também não tenham firmado identidades políticas mais nítidas, não se observou algo parecido. Trocar de partido não foi raro entre lideranças da cidade. Augusto de Vasconcelos pertenceu ao PRF e ao PRDF. Paulo de Frontin foi do PRDF antes de fundar a AR e, em 1927, passou a fazer parte da Coligação. Mas não houve caso de um mesmo grupamento político, identificado com um projeto, migrar de uma sigla para outra sistematicamente, conforme observado no caso fluminense.

Por outro lado, a lógica da busca do congraçamento também foi perseguida e nitidamente funcionava para ordenar o campo político carioca, que se via às voltas com um adversário particular de peso: o governo federal.²⁵ Assim, reunir influências políticas em um partido foi importante estratégia para frear as investidas intervencionistas do governo federal no campo político carioca,

²³ Carta enviada por Octávio da Rocha Miranda a Paulo de Frontin, em 30 de setembro de 1919. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 70.

²⁴ Carta enviada por Flávio Silveira a Paulo de Frontin, em 28 de agosto de 1918. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 44.

²⁵ O controle de serviços urbanos e a elaboração de dispositivos de lei que modificavam o formato político-administrativo do Distrito Federal foram importantes estratégias do governo federal para limitar a autonomia política da cidade. No tocante à legislação, foi recorrente a ampliação das prerrogativas da Prefeitura, transformada em eixo central da administração da cidade, em detrimento do raio de poder do legislativo local.

garantindo maior espaço de ação para os grupos políticos locais e limitando o varejo político (Veneu, 1989, 57).

Mas o congraçamento era também um meio importante para a arregimentação do eleitorado, segunda função observada dos partidos. Não à toa, em momentos de reorganização de partidos, além de propostas de ampliação de comissões executivas (expediente utilizado para cooptar adversários, assim como a incorporação de nomes nas chapas oficiais), a mobilização em torno da criação de diretórios era frequente. Os diretórios eram uma espécie de núcleo de enraizamento do partido, organizando as chefias, e, consequentemente, porta de acesso ao eleitorado, conforme é possível perceber nas cartas de Fernando Ferraz e de um correligionário de Nilo Peçanha de São Sebastião do Alto no contexto anterior às eleições estaduais e municipais que seriam realizadas em 31 de janeiro de 1904:

Ao Exmo amigo e chefe Dr. Nilo Peçanha, Francisco Ferraz lembra a conveniência de ser organizado o Directório de Valença sob as bases adaptadas. A oportunidade em política é fator importante; urge, pois, aproveitar o actual momento político, que, com a organização do Directório nos dará a unanimidade n'este município. (Carta de Fernando Ferraz enviada em 05/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

...Junte vista a 2^a via da cópia do partido Republicano de S. Sebastião do Alto, que com os principais elementos constituímos, e que incontestavelmente temos a quase unanimidade do eleitorado... (Carta de Antônio (sobrenome ilegível) enviada em 19/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

Infelizmente, a correspondência dos arquivos analisados não traz muitas informações sobre os diretórios, a não ser informes de fundação e indicação de composição e posicionamento eleitoral.²⁶

Como desdobramento da função de promoção de coesão política, agregar votos controlados por chefes políticos era um importante papel dos partidos e preocupação frequentemente observada, sobretudo em conjunturas de maior competição entre grupamentos, ou seja, com a proximidade dos pleitos. O que implica em dizer que os partidos tinham uma função eleitoral pronunciada: “O partido que vos presta apoio é aqui representado por mais de 60% do eleitorado, porem o entusiasmo partidário será diminuído no pleito de 30 caso não entre na chapa o Dr. Mattos Pitombo.” (Carta de Antônio Valentino e Mário de Souza enviada em 11/01/1909. Arquivo Nilo Peçanha, lata 8, pasta 1.). O conteúdo da missiva, assinada por dois correligionários de Nilo no período de articulações para o pleito federal de 1909, indica ainda outra questão que será abordada mais adiante: os desafios enfrentados pelas organizações.

No que diz respeito à arregimentação do eleitorado, a produção acadêmica, desde a

²⁶ Ver carta de Zacarias Machado da Cunha enviada em 31/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 1.

publicação do clássico *Coronelismo, enxada e voto* (Leal 1949), tem destacado os mecanismos de controle do sufrágio acionados no sistema coronelista. Reunir chefias numa sigla facilitava essa engrenagem política, ajudando muitas vezes nas projeções da matemática eleitoral feitas antes dos pleitos, conforme atesta a correspondência trocada entre os chefes políticos. O trecho da carta a seguir, enviada por um correligionário de Nilo no contexto das eleições para a Câmara Federal, em 1906, é um exemplo nesse sentido:

Hontem regressei de uma grande excursão pelo interior do Município e amanhã empreenderei outra em direção oposta. Vae tudo bem. Para estimular todos os amigos tenho fallado na conquista da hegemonia do districto que caberá a Resende se comparecer unida e forte às urnas, amparando a chapa oficial, do que outros grandes Municípios do districto.

Dispomos aqui de mil votos dos quais espero comparecerão uma cerca de 800.

...Darei almoço aos eleitores em todas as secções eleitorais do Município... (Carta de Francisco Botelho enviada em 23/01/1906 a Nilo Peçanha. Arquivo Nilo Peçanha, lata 5, pasta 2).

Na cidade do Rio, porém, dada a fragmentação de papéis e domínios sociais, o controle do eleitor representava um desafio maior. Salvo nas áreas dominadas pelas chefias do Triângulo, a matemática eleitoral guardava elementos de maior imprevisibilidade.

Tanto para o estado, quanto para a cidade, reunir as chefias, além de aumentar as chances de vitória eleitoral e, consequentemente, de acesso a benesses por serviços políticos prestados, podia implicar também no terceiro papel desempenhado pelos partidos: o de menor dispêndio com as despesas eleitorais.

Numa época em que não havia justiça eleitoral, as eleições implicavam em gastos altos relacionados ao alistamento, transporte dos eleitores, vestimenta, alimentação, confecção de cédulas, entre outros. Uma carta enviada a Nilo, no contexto das eleições para a Câmara Federal de 1909, espelha essa dimensão:

...Lembro que é necessário providenciar sobre despezas que se hão de fazer com o transporte e alimento dos eleitores de Mauá e Raiz da Serra que alguns moram fóra da secção outros se acham empregados nesta capital. Esta secção é exatamente a do Coronel Thiago que se acha em dificuldade de dinheiro.

Será bom ponderar isto aos candidatos. Por minha parte, darei alguma cousa ao Modesto.

A secção de Raiz da Serra e Mauá regula de duzentos eleitores e a de Bananal e Santo Aleixo, onde haverá despesa a fazer, é de trezentos... (Carta de A. Furtado enviada em 12/01/1909 a Nilo Peçanha. Arquivo Nilo Peçanha, lata 8, pasta 1).

O voto propriamente dito também implicava em despesas e possuía preço no mercado político junto a determinados segmentos do eleitorado carioca, que se dividia em eleitores arregimentados (aqueles sob controle de chefias como as do Triângulo) e os independentes (aqueles com maior liberdade de escolha e, portanto, mais disputados). O trecho reproduzido a seguir de uma carta enviada a Paulo de Frontin relativa às eleições para Câmara Federal e Senado em

fevereiro de 1921 é bastante eloquente em relação a esse segundo grupo:

Levo ao vosso conhecimento que preciso de 1000 chapas para senador e 1000 para deputados. Dr. Frontin, os eleitores não irão votar sem que dê a elles dinheiro, muitos deixam de ir votarem como na eleição de Dr. Sampaio Corrêa pois que elle so deu-me no dia da eleição 100\$000 e que os eleitores quizeram me aggredir como o Dr. devia ter sabido, foi V. Excia. que mandou que eu desse almoço e que depois pagou. (...) Eu sei que torno importuno mas eu que trato deste serviço quero que V. Excia. me dê o que tem que dar porque elles do contrário não irão às urnas; até um 1º escripturário quer dinheiro e eu tenho que entregar cedulas e dinheiro; na eleição passada gastei meu 300\$000 com a eleição de Dr. Sampaio Corrêa. Agora tenho quatrocentos e tantos eleitores a 5 ou 10\$000 que é quanto monta cada um eleitor... (Carta de Augusto Moreira Zbral a Paulo de Frontin, datada de 15 de fevereiro de 1921. Arquivo Paulo de Frontin, lata 19, documento 16).

A exemplo da carta de Augusto Zbral, espécie de braço direito de Frontin nas eleições, existem registros no arquivo Paulo de Frontin sobre contabilidade eleitoral e os valores direcionados não apenas para chefias e eleitores, mas jornais, revistas, centros acadêmicos, agremiações carnavalescas da cidade (sociedades, ranchos e blocos), entre outros (Arquivo Paulo de Frontin, lata 28, documento 41).

Além de colaborar na gestão de despesas eleitorais, a quarta função exercida pelos partidos foi o de veículo de acesso a cargos de representação. Ter seu nome indicado na chapa de um partido, principalmente se esse partido fosse situacionista, aumentava consideravelmente as chances de um candidato ser eleito. Embora a inscrição em um partido não fosse condição para lançamento de candidaturas (havia a opção de candidaturas avulsas), siglas partidárias situacionistas podem ser pensadas como carimbos para o ingresso de um aspirante à representação política.

Por fim, a defesa de plataformas políticas foi outra função desempenhada pelos partidos, conforme já assinalado. Nesse sentido, a ideia de que os partidos no período tinham apenas um caráter eleitoreiro deve ser relativizada. Basta mencionar que dois governadores do estado do Rio, Alberto Torres e Nilo Peçanha, foram eleitos pelo PRF, mas, em seguida, romperam com o partido que os elegera para dar forma a uma agremiação que servisse de base política para suas respectivas gestões e projetos políticos (Ferreira 1994, 125; Pinto 1998, 71). No caso da cidade do Rio, a defesa da autonomia político-administrativa do Distrito Federal foi um componente permanente nas plataformas dos partidos, mas que assumiu significados diversos, variando de partido para partido. Os partidos cariocas divergiam basicamente em relação à defesa ou não da manutenção do Rio como sede da capital da República. A AR, sob a liderança de Frontin, propunha a ideia de transferência da capital por considerá-la dispendiosa e prejudicial aos negócios da cidade (Pinto 2011, 102).

Servir de esteio ao governo e dar visibilidade a programas políticos foi uma diretriz que comandou não só a criação de novos partidos como também a reorganização de partidos já existentes. O exemplo a seguir é bastante ilustrativo a esse respeito. Em dezembro de 1903, a

comissão executiva do PRRJ foi reorganizada. O objetivo era ampliá-la de cinco para sete membros. A manobra visava a abrir espaço para oposição, cooptando adversários políticos, para, no ano seguinte, aprovar o projeto de governo de Nilo Peçanha. O interessante no expediente adotado foi que a incorporação de opositores não comprometeu o domínio das forças situacionistas — pelo contrário. A frase de Francisco Botelho, político de Resende, é reveladora nesse sentido: “...A Comissão é constituída por amigos do governo, não tem o direito de levantar nomes declaradamente hostis à situação...”²⁷.

Respondendo à questão sobre que tipo de configuração essas organizações assumiram no período, é razoável afirmar que foi a de grupamentos de expoentes políticos, de notáveis, embora muitas vezes, como no caso de lideranças municipais do estado, essa notoriedade não tenha ultrapassado a localidade onde eram influentes. Em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, esses grupamentos contavam com dois tipos de expoentes políticos, uns de perfil mais paroquial, como foi o médico e senador Augusto de Vasconcelos, e outros com perfil mais cosmopolita, como o festejado engenheiro, presidente perpétuo do Clube de Engenharia, e senador Paulo de Frontin (Freire 2000; Pinto 2011).

Que desafios com frequência enfrentaram as organizações partidárias aqui abordadas?

Muitos foram os desafios enfrentados pelos partidos do estado e da cidade, conforme vimos até aqui. Na lista, pode ser incluída a instabilidade de acordos entre membros, o personalismo, o caráter sazonal, as dificuldades nas relações entre governo e partidos e, consequentemente, o não equacionamento da questão sobre qual deveria ser a instância definidora de ação política: o partido ou o governo?

As eleições na Primeira República acirravam a disputa política e os partidos se viam às voltas com a necessidade de refazer os acordos políticos, o que muitas vezes conjugava ampliação de bases (com incorporação de antigos adversários) concomitante à perda de tradicionais aliados, conforme demonstrado. O personalismo das lideranças partidárias — traço marcante nas experiências das siglas fluminenses e cariocas — era um ponto que fragilizava os partidos. Por outro lado, estava em sintonia com o modelo oligárquico vigente. Já o caráter sazonal dos partidos explica-se em função de ganharem maior evidência em períodos eleitorais. Finalmente, a questão sobre a instância definidora da ação política (governo ou partido) foi um problema enfrentado pelas siglas fluminenses, não fazendo parte do universo de desafios dos partidos cariocas dada a especificidade da dinâmica política da cidade.

²⁷ Carta enviada por Francisco Botelho em 20/01/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 1, pasta 2.

Por outro lado, conforme já observamos, no caso do Distrito Federal, havia mais um componente: a ação desarticuladora do governo federal, já que não era interesse do governo federal conviver com uma força política local organizada no espaço da capital.

E como pode ser pensada a relação com os eleitores? Para os eleitores, a referência partidária era fundamental?

Sobre essas indagações, nos limitaremos a tecer apenas alguns comentários. A primeira é mais difícil de ser tratada com o tipo de fonte utilizada. As missivas fornecem informações fragmentadas; iluminam a relação de Nilo e Frontin com chefes políticos e com algum tipo de controle eleitoral, mas, salvo em alguns casos de eleitores que pedem empregos, não esclarecem muito a respeito da relação partidos e eleitores. Seria necessário ter acesso a atas partidárias para aprofundar a questão, o que não é possível em se tratando dos acervos utilizados.²⁸

É possível afirmar, no entanto que, no período, conforme vimos, os partidos fundavam diretórios municipais para organizar a chefias locais que, por sua vez, arregimentavam eleitores. Uma vez fechada a composição da chapa oficial para os pleitos, os partidos as anunciavam na imprensa e entre seus eleitores. Era comum também a publicação das cédulas para o dia das eleições, mas não se ia além disso. A relação chefe político/eleitor ganha mais evidência nas correspondências do que a relação partido/eleitor.

No estado, os eleitores votavam nos candidatos indicados pelas chefias políticas que, no dia das eleições, muitas vezes os vestiam, transportavam, alimentavam e que lhes distribuíam os envelopes com as cédulas. Na cidade, a escolha do candidato também não refletia exatamente vínculos partidários. Irineu Machado, um dos mais importantes expoentes da política municipal, pode ser tomado como um exemplo nesse sentido.

O advogado carioca, que afirmava ser socialista, em 1903 foi eleito pelo PRDF, em 1909 militava no Partido Liberal de Rui Barbosa, em 1916 fazia parte do Partido Autonomista e assim por diante. Ele ganhou inclusive a fama de destruidor de partidos, já que, por onde passava, tempos depois a organização entrava em declínio. Mesmo compondo com forças políticas diversas, Machado nunca deixou de ser um dos políticos cariocas que apresentava os maiores índices de votos nas eleições (Pinto 2016, 278), conseguindo inclusive se eleger pela bancada mineira, para a legislatura de 1912 a 1914. Da mesma forma, a correspondência passiva de Paulo de Frontin está repleta de relatos de correligionários que firmam sua lealdade e vinculam seu voto à liderança do

²⁸ O pesquisador que trabalha com o tema partidos políticos na Primeira República sabe que é muito difícil localizar as atas. Em geral o que há está pulverizado em arquivos privados. O caminho mais frequente de busca de dados, tanto sobre a composição das chapas quanto dos programas, é a imprensa.

engenheiro e não ao partido ao qual estava vinculado, o mesmo ocorrendo com Nilo Peçanha.

Considerações finais

Talvez seja interessante retomar aqui quatro critérios utilizados na Ciência Política para a definição de partidos: a duração no tempo, ou seja, a existência maior do que a vida de seus fundadores; a extensão no espaço, o que pressupõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações; a aspiração ao exercício do poder, o que implica na existência de um projeto; e a vontade de buscar apoio popular (Charlot 1982).

Aplicando esses critérios para os partidos políticos do estado e da cidade do Rio na Primeira República, vimos que longevidade não foi regra. Sazonalidade foi o principal traço observado. Quanto à extensão no espaço, é possível afirmar que o federalismo, o positivismo e o pensamento autoritário funcionaram como obstáculos para uma dinâmica política baseada em partidos nacionais. Por outro lado, os partidos republicanos esforçaram-se para organizar diretórios locais e promover o alistamento de eleitores, com o fim de evitar o varejo político. Em se tratando de aspiração para exercício de poder, embora não tenhamos analisado os programas partidários, ao menos no momento de lançamento, os partidos apresentavam suas plataformas. Por outro lado, nelas não eram detectadas diferenças de fundo ideológico, salvo raras exceções, e um indício claro a esse respeito foram as constantes migrações de partido feitas por lideranças no período. Tais defecções eram na maioria das vezes motivadas por divergências em torno da indicação de nomes nas chapas oficiais e/ou resposta ao não reconhecimento por serviços políticos prestados. São inúmeros os relatos nesse sentido na correspondência analisada.

Finalmente, a busca de apoio da população, ou seja, a preocupação constante em arregimentar eleitores, esteve presente. O que mostra que, embora estivéssemos diante de um modelo oligárquico, a garantia de algum tipo de legitimidade para o sistema foi buscada, revelando-se ação importante na engrenagem do funcionamento da dinâmica política.

Parece razoável afirmar que não há descompasso entre a forma como os partidos funcionavam e o sistema político vigente, pois estamos diante de um modelo oligárquico. Embora os sistemas oligárquicos sejam assentados em diferentes configurações sociais, neles o governo é controlado por poucos, há virtual ausência de eleitores e é prática corrente a apropriação privada de recursos públicos, ou seja, não há maior distinção entre o que é público e o que é privado.

Conforme indicamos na introdução, a utilização dos arquivos de figuras de proa da política fluminense e carioca nas duas primeiras décadas do século XX teve como objetivo fornecer subsídios para a compreensão da função, do papel, da configuração assumida, dos desafios

enfrentados pelos partidos e tecer algumas considerações sobre a relação estabelecida com os eleitores na Primeira República. Não há dúvidas que Nilo Peçanha e Paulo de Frontin são figuras muito diferentes. O primeiro exerceu por dois mandatos a chefia do Executivo estadual (1904–06; 1914–1916), foi vice-presidente (1906–1909), presidente da República (1909–1910) e Senador, entre outros. Foi também personagem central na Campanha da Reação Republicana (1921–1922), que em sua plataforma política propôs inovações importantes para a política nacional (Ferreira 2022). Por outro lado, em se tratando de sua ação a nível estadual, atuou como um típico oligarca de sua época. Já o engenheiro Paulo de Frontin, transitou nos universos acadêmico (era professor da Escola de Engenharia), empresarial (era sócio de Campos Sampaio na Cia Melhoramentos do Brasil e presidente perpétuo do Clube de Engenharia) e político (foi deputado federal, prefeito e Senador pela representação carioca). Enquanto Nilo atuou num cenário marcado por oligarquias, Frontin moveu-se num campo marcado pela forte presença do governo federal e dos chefes políticos das freguesias da cidade. Talvez o ponto que mais os aproxime seja o empenho na construção e reconstrução de partidos, além do fato de que deixaram acervos muito ricos que nos permitem acesso a formas de se fazer política no seu tempo.

As considerações aqui traçadas, com base nos casos fluminense e carioca, não esgotam o tema. São apenas um exercício de reflexão, um esforço de identificação de elementos que acreditamos poderem ser observados em outras experiências partidárias regionais, configurando uma dinâmica marcada por características que, longe de constituir exceções, muito provavelmente revelam uma tendência corrente e apontam para um dado muito importante: a competição política. Esse aspecto merece destaque porque coloca sob suspeita a ideia arraigada de que a política na Primeira República pode ser resumida a um jogo de cartas marcadas. Mas, para avançarmos nessa discussão, é necessária a ampliação da produção de estudos sobre PRs estaduais.

Referências bibliográficas:

- Abreu, Alzira Alves de, e Christiane Jalles de Paula, org. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2015. E-book.
- Abreu, Alzira Alves de, e Christiane Jalles de Paula, org. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2014.
- Berstein, Serge. “L’historien et la culture politique”. *Vingtième Siècle, Revue d’histoire*, n. 35, (1992): 67-77.
- Berstein, Serge. “Os partidos políticos”. Em *Por uma história política*, org. René Remond, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- Boehrer, George. *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1954.
-

- Charlot, Jean. *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- Couto, Felipe Rabelo. “Elite política em movimento: Ministros de Estado e poder político na Primeira República”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Bens Culturais — CPDOC/FGV, 2022.
- Carvalho, José Murilo de. “Cidadãos inativos: A abstenção eleitoral”. Em *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Carvalho, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 40, n. 2, (1997): 229-250.
- Casalechi, José Énio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Dal Forno, Rodrigo L. “Como se em política fosse possível agir sem artimanha, sem o senso de oportunidade: O processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933)”. Tese de doutoramento, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.
- Diniz, Eli. “Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: Um balanço histórico”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 32, n. 3, (1989): 323-339.
- Duverger, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1980.
- Ferreira, Marieta de Moraes. “Fragmentação política e questão partidária”. Em *Em Busca da Idade do Ouro: As élites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*, Marieta de Moraes Ferreira, 117-140. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- Ferreira, Marieta de Moraes. *A república na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- Ferreira, Marieta de Moraes. *1922: O passado no presente: Permanências e transformações*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV/FAPERJ, 2022.
- Figueiredo, Vitor Fonseca. “Voto e competição política na Primeira República: O caso de Minas Gerais”. Tese de doutoramento, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- Freire, Américo. “A república carioca”. Em *Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*, Américo Freire. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- Katz, Richard, e Peter Mair et al. “The Membership of Political Parties in European Democracies, 1960-1990”. *European Journal of Political Research*, n. 22, (1992): 329-345.
- Lessa, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice, 1987.
- Michels, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- Pena, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: O florianismo e a construção da república*. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- Pinto, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- Pinto, Surama Conde Sá. “As siglas da política carioca”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 429, (2005): 143-170.
- Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... O jogo político na antiga capital Federal*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011.
- Resende, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: O novo PRM (1889–1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

-
- Ricci, Paolo, e Jaqueline Zulini. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: A tônica das eleições na Primeira República”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 57, (2014): 443-479.
- Santos, Felipe Martins dos. “Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1889-1911)”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.
- Souza, Maria do Carmo Campello de. “O Processo Político-Partidário na Primeira República”. Em *Brasil em Perspectiva*, org. Carlos Guilherme Mota, 162-226. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- Veneu, Marcos Guedes. “Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895.” *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 30, n. 1, (1987): 45-72.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. “Minas de dentro para fora”. *Locus, Revista de História*, 5, n. 2, (1999): 89-99.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro e Almino Alencar, org. *A república revisitada*. Porto Alegre: Ed. PUC, 2016.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro e Vitor Fonseca Figueiredo. “Eleições na Primeira República: Uma abordagem alternativa acerca da participação popular”. *Locus, Revista de História*, 25, n. 2, (2019): 12-36.
- Wirth, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Witter, José S. *Partido Republicano Federal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Zimmermann, Maria Emilia Marques. “O PRP e os fazendeiros de café”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1987.

Fontes:

Arquivo Nilo Peçanha – Museu da República.

Arquivo Paulo de Frontin – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Recebido: 05 de agosto de 2024

Aprovado: 13 de março de 2025